



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013146-11.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos**
 Embargado: **Ativa Comercial Hospitalar Ltda**

Proc. 1466/13

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO CARLOS, já qualificada nos autos, embargou a execução que lhe foi movida por ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., também já qualificada, arguindo, preliminarmente, a impossibilidade da execução forçada dos títulos que embasam aquela demanda, tendo em conta que já foram quitados.

No mérito, diz a embargante que nos autos da execução ora embargada, a exequente pretende o recebimento da importância de R\$ 7.936,19.

Porém, em 28/02/2013 afirma a embargante ter efetuado depósito a favor da embargada, do valor de R\$ 6.510,30, que corresponde ao principal dos títulos que embasam a execução ora embargada.

Outrossim, a petição de fls. 47/48 dos autos principais, foi protocolada pela embargada em 14/03/2012, data posterior à determinação de pagamento proferida por este Juízo, não havendo, portanto, que se falar em saldo remanescente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aduzindo que o pagamento efetuado retira das duplicatas o requisito da exigibilidade, protestou a embargante pela procedência dos embargos.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 11/81 e 85/89).

Regularmente intimada na pessoa de seu advogado (fls. 93), a embargada não apresentou impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

De início, a análise da preliminar deduzida pela embargante, é de rigor.

Razão não assiste à embargante, no que tange à alegada impossibilidade da execução forçada.

De fato, quando do ajuizamento da execução, o débito principal ainda não havia sido pago.

Destarte, a execução era pertinente.

Rejeito, pois, a arguição de impossibilidade de execução.

No mais, verifica-se que o pedido de aditamento deduzido pela ora embargada, nos autos da execução foi protocolado antes da citação da ora embargante, naqueles autos.

Tanto é assim, que foi acolhido como aditamento pela decisão de fls. 46.

Destarte, irregularidade alguma há em relação ao aditamento.

No mais, a própria embargada, nos autos da ação de execução, reconheceu, quando do aditamento, o pagamento de R\$ 6.510,30, realizado pela embargante.

Tanto é assim, que requereu, quando do aditamento, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seguimento do feito pelo saldo remanescente, integrado tão somente pela correção monetária dos títulos, que entende devida a partir dos respectivos vencimentos e juros de mora, que entende devidos a partir do protesto de cada cártula, além de honorários advocatícios sobre aludidas diferenças.

Sem razão, entretanto, a embargada.

De fato, a dívida exigida nos autos da execução é de dinheiro e não de valor.

Portanto, a correção monetária é devida a partir data do ajuizamento da execução, que aconteceu em 30 de novembro de 2012 e deve incidir tão somente até a data do efetivo pagamento do principal, ocorrido em 01/03/2013.

Não há, entretanto, que se falar em incidência de juros de mora, tendo em conta que o débito principal foi quitado antes da citação.

Isto posto, acolho parcialmente estes embargos, para declarar quitado o débito principal, determinando o seguimento da execução, tão somente em relação à correção monetária sobre o débito principal, durante o período compreendido entre novembro de 2012 a março de 2013.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo parcialmente procedentes** estes embargos.

Em consequência, **declaro quitado o débito principal exigido nos autos da execução ora embargada.**

Determino o seguimento da execução tão somente em relação à correção monetária, que deverá incidir relativamente ao período compreendido entre a data do ajuizamento da execução (30/11/2012) até a data do pagamento do valor principal da dívida (01/03/2013).

Não há que se cogitar de juros de mora, posto que o débito principal foi quitado antes da citação.

A sucumbência foi parcial.

Destarte, condeno as partes ao pagamento das custas destes embargos e da execução na proporção de 50% para cada qual, compensados os honorários advocatícios em ambos os feitos, que fixo em 10% do valor da execução, ex vi do que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dispõe o art. 21, do CPC.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 24 de junho de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**